



Data: 14.10.2020

Titulo: Um Orçamento contido, mas flexível

Pub: **JE** O Jornal Económico



Tipo: Jornal Especializado Semanal

Secção: Destaque

Pág: 1;4;5



Crónica Beatriz

Proposta autoriza Governo a tomar medidas adicionais contra crise causada pela pandemia • Patrões dizem que OE2021 não apoia empresas e não estimula a economia • Consumo, investimento público e exportações formam a base da receita de João Leão • Reduzir défice volta a ser objetivo no próximo ano • Executivo quer aproveitar retoma para baixar dívida • Conheça as principais medidas do Orçamento • P4 a 13

Área: 1625cm² / 65%

Tiragem: 20.000

Foto: 4 Cores

ID: 6964595

PRIMEIRA MÃO

ANÁLISE

Um Orçamento contido, mas flexível

Governo apresenta Orçamento “não-austeritário”, mas com contenção. E deixa margem para medidas adicionais contra os efeitos da pandemia.

ÁNIA ATAÍDE

aataide@jornaleconomico.pt

A austeridade económica como resposta à última crise deixou marcas tão profundas no discurso político que uma das primeiras garantias de João Leão quando apresentou o Orçamento do Estado para 2021 (OE2021) foi que este respondia à crise, mas sem qualquer austeridade associada.

A proposta de lei entregue esta segunda-feira na Assembleia da República não traz de facto austeridade, apesar do esforço de redução do défice de 7,3% este ano para 4,3% em 2021. Porém, há alguma moderação nas políticas expansionistas adotadas, até porque apesar das regras orçamentais europeias estarem suspensas e de Bruxelas aplacar a que os países endossem todos os esforços para apoiar a economia na resposta à crise provocada pela pandemia, vão deixando alertas que não o podem fazer de forma discricionária e é preciso estar atento à sustentabilidade futura das finanças públicas.

“É o Orçamento da cigarra. Responde à conjuntura, espera por ajuda externa e empurra a solução do problema, que é o do défice excessivo e que nos asfixia a economia e o progresso”, diz Rogério Fernandes Ferreira, antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e sócio fundador da RFF Associados ao JE. O fiscalista admite, contudo, que “é também o plasma necessário para a sua sobrevivência, em pandemia e no Parlamento nacional”.

O sucessor de Mário Centeno nas Finanças foi repetindo mensagens de que “este é um Orçamento bom para Portugal e para os portugueses” e que “a proteção e criação de emprego é uma das grandes prioridades”, garantindo que este Orçamento vai colocar “550 milhões de euros nos bolsos das famílias”.

Apresentado como tendo uma forte componente social, face ao contexto de crise económica, uma das principais novidades foi a criação do apoio extraordinário ao rendimento dos trabalhadores que implicará o pagamento de um montante mensal entre 50 e 501, 12 euros mensais para assegurar a continuidade dos rendimentos de “pessoas em situação de particular desproteção económica” provocada pela pandemia de Covid-19. A medida deverá abranger 170 mil portugueses e tem um custo estimado de 450 milhões de euros. Porém, fica aquém das reivindicações dos partidos à esquerda e do PAN. Ainda assim, avança em outras áreas como o aumento do limite mínimo do subsídio de desemprego para 505 euros, bem como aumento novamente de forma extraordinária as pensões mais baixas a partir de agosto.

A nível fiscal, as novidades são todavia parcas. No entanto, Rogério Fernandes Ferreira realça, neste âmbito “pela novidade e pela premência, respetivamente, o IVAucher e a diminuição das tabelas de retenção na fonte”.

O fiscalista considera que o primeiro transforma o IVA “num instrumento de crédito para o consumo, que parece incompatível com a natureza do imposto”, enquanto a segunda “reduz o gap entre imposto retido e efetivamente devido, a qual é bem vinda, se continuar, mas constitui também nova moratória que irá agravar as dificuldades nos pagamentos do ano seguinte”.

“Moratórias estas que anunciam, provavelmente, novos planos, sempre transitórios e extraordinários, de regularização de dívidas por contribuições e impostos, e que aliás este Orçamento prevê já, mas discricionariamente, apenas para profissionais da área da cultura”, acrescenta.

São também em menor grau as novidades introduzidas para as empresas face ao Programa de Estabilização Económica e Social e o Orçamento Suplementar, implementadas logo no início da crise.

“Além de uma referência vaga e indefinida à atuação do Banco de Fomento, não se vislumbram quaisquer medidas de fundo com vista a favorecer o reforço de capitais das empresas”, frisou a CIP - Confederação Empresarial de Portugal, em comunicado, considerando que “é um Orçamento para pagar o desemprego e não para apoiar o emprego”.

Também a Associação Empresarial de Portugal (AEP) criticou a proposta, salientando que “não se vislumbra uma política pública determinada em estimular a atividade produtiva, que permita ao país alcançar rapidamente a desejada recuperação económica e, por essa via, manter de forma robusta e sustentada o emprego e o rendi-



mento disponível das famílias”. A associação assinala a “enorme preocupação” pela “completa ausência de novas medidas dirigidas às empresas, salvo ligeiríssimas exceções. As medidas que existem são, por um lado, pouco expressivas e com limitações”, entre as quais aponta o caso da eliminação do agravamento das tributações autónomas para empresas com prejuízo por força da pandemia (só para as micro, pequenas e médias empresas e “a manutenção do crédito fiscal extraordinário ao investimento (para vigorar apenas no primeiro semestre de 2021) e a criação de um incentivo fiscal, temporário, às micro, pequenas e médias empresas, no âmbito da participação conjunta em projetos de promoção externa”.

Leão ganha flexibilidade para adaptar Orçamento

Além destas medidas, uma das novidades introduzidas no articulado da proposta de lei é uma autorização

para que o ministro das Finanças finance medidas não previstas no OE2021 que se considerem necessárias para fazer face à pandemia.

João Leão fica, assim, com “luz verde” para fazer alterações ao financiamento de medidas excecionais não previstas e adotadas decorrentes da situação da pandemia, “entre os diversos programas orçamentais, como ainda financiadas pela dotação centralizada no Ministério das Finanças para despesas relacionadas com as consequências da pandemia da doença Covid-19”. Questionado na conferência de imprensa se esta autorização lhe permite evitar a apresentação de um Orçamento Suplementar – no caso de uma crise mais grave, por exemplo –, o ministro das Finanças não respondeu a essa parte, mas admitiu que permite acautelar o cenário de incerteza.

“Temos uma situação de grande incerteza, em que é preciso ir ajustando o Orçamento praticamente



Cristina Bernardo

mês a mês ou semana a semana, para dar resposta às principais questões colocadas pela pandemia”, disse o governante, acrescentando que, “nesse sentido, temos previstos aqui mecanismos adicionais de flexibilidade”.

Entre estes mecanismos está ainda uma autorização introduzida no Orçamento Suplementar, que permite ao ministro das Finanças adaptar as operações relativas a entidades públicas. O documento estipula que o ministro das Finanças fica autorizado “a proceder a alterações orçamentais resultantes de operações não previstas no Orçamento inicial de entidades públicas e destinadas ao financiamento do défice de exploração, constituído ou agravado pelo impacto negativo, na liquidez das empresas, das medidas excecionais adotadas (...) decorrentes da pandemia da doença Covid-19, bem como de outras operações, nos termos a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pela área

das Finanças e pela respetiva área setorial”.

A maior flexibilidade do Governo para adaptar o Orçamento sem ter que o sujeitar novamente ao Parlamento é, aliás, mais um dos pontos que pode contribuir ainda mais para aumentar a tensão com os partidos à esquerda, entre os quais ainda procura garantir a viabilização do documento na generalidade (ver páginas 14-15).

“Tendo em conta que não existem acordos parlamentares escritos nesta legislatura, evidentemente que este é um exemplo de negociações até à última hora”, assinala António Costa Pinto, professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ao JE.

O politólogo considera que “o cenário mais provável é ou via PCP/PAN ou via Bloco de Esquerda”, para a aprovação do documento”.

“As tensões entre o Bloco de Esquerda e o PS são tensões relativamente naturais. O Bloco quer ma-

ximizar as suas conquistas para apoiar este Orçamento, na medida em que o seu eleitorado tem mais pontos de contacto com o eleitorado socialista, ao contrário do PCP”, afirma.

As exigências de maior rigidez no mercado de trabalho e o Novo Banco são apontadas por António Costa Pinto como as mais difíceis reivindicações do BE para o Governo. Porém, mesmo que a corda bloquista parta, considera pouco provável que a viabilização seja feita através do PSD. “Este OE ou é viabilizado pelos partidos à esquerda, ou também com a colaboração do PAN – que tem uma menor identificação nesta escala esquerda/direita –, ou não será, em princípio, viabilizado pelo PSD. Se isso acontecesse seria danoso quer para o PSD, quer para o próprio primeiro-ministro que já afirmou várias vezes que este Orçamento é para ser negociado e aprovado à esquerda e não pelo principal partido da oposição, vincou. ●